

BARBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

Primeira sessão pós-recesso discute projeto polêmico

SESSÃO COMEÇA COM QUATRO VETOS

Os vereadores vão apreciar, na noite desta terça (6), quatro projetos vetados pelo Executivo. Tanto o PL 12.362, o 12.363 e o 12.527 já possuíam parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação (CJR) quando foram aprovados. Apenas o PL 12.103, de Márcio Cabelheiro (MDB) foi vetado mesmo tendo parecer favorável. A proposta institui o Programa Recuperação de Rios e Córregos de Jundiá.

PREFEITURA DIZ QUE PROJETO É REPETIDO

Segundo a justificativa do veto, o PL 12.103 trata de assunto de competência exclusiva do Poder Executivo e que as ações previstas na proposta já são contempladas pelo Programa Nascentes Jundiá, instituído pela lei nº 8.607, e pelo Plano Municipal de Saneamento Básico, o que tornaria a proposição redundante e traria 'insegurança jurídica'.

REEMBOLSO POR REMÉDIOS É ILEGAL

Os vereadores votam, ainda, mais uma proposta com potencial para ser vetada no futuro. Trata-se do PL 12.394, do vereador Arnaldo da Farmácia (PDT), que prevê o reembolso às farmácias e drogarias que oferecem medicamentos que compõem na Relação Municipal de Medicamentos (Remume). A proposta tem parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação (CJR), que diz ser assunto da alçada do prefeito.

PROJETO REGULA OBRAS EM VIA PÚBLICA

O último projeto de lei a ser apreciado na sessão desta noite é o PL 12.564, de autoria compartilhada entre Cristiano Lopes, Edicarlós Vieira (ambos PSD) e Romildo Antonio (PP). A proposta prevê autorização da prefeitura para qualquer obra que interfira na pavimentação de vias e logradouros públicos mediante o envio de informações específicas à administração municipal com antecedência mínima de 15 dias ou 24h em casos de emergência.

BARBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

A primeira sessão ordinária pós-recesso Legislativo da Câmara de Jundiá, nesta terça-feira (7), já começa discutindo um projeto polêmico: o PL 12.532, que reduz para 30h semanais a carga horária dos psicólogos da rede pública de saúde.

A proposta apareceu pela primeira vez em pauta na sessão do dia 22 de maio, quando os parlamentares adiaram o projeto após conversarem com representantes da categoria e do Conselho Municipal de Saúde (Comus). Alguns vereadores se colocaram contra o adiamento, mas perderam por nove votos favoráveis contra sete contrários. "Não é uma perda de horários, é um ganho na qualidade do atendimento. Mente sã, corpo são", defendeu Rogério Silva (PHS).

Na última edição da Imprensa Oficial, divulgada no dia 3 de agosto, o Comus publicou uma resolução baseada na 172ª reunião do órgão que resolve, entre outras coisas, não recomendar a aprovação do PL. Os conselheiros dizem que a redução da carga horária não irá implicar numa redução de salá-



Psicólogos da rede pública lotaram plenário da Câmara em maio, quando projeto entrou em pauta pela primeira vez

rio e as horas de atendimento à população seriam reduzidas.

Os psicólogos, por sua vez, argumentam que essas horas seriam recolocadas pela contratação de três psicólogos a mais, o que teria sido prometido pela administração. "Além disso, já

realizamos um estudo de impacto com os gerentes da prefeitura e confirmamos que o atendimento à população não será prejudicado", afirma José Augusto de Oliveira, psicólogo do Ambulatório de Moléstias Infeciosas (AMI).

Ao contrário, diz ele, a redução da carga horária iria diminuir a qualidade do atendimento prestado aos municípios. "O que pedimos é a redução do tempo reservado às sessões de terapia, mas nosso trabalho não termina aí. Levamos nos-

sos casos para supervisão e ainda fazemos nossa própria sessão de terapia", afirma José.

A presidente do Conselho Regional de Psicologia (CRP), Luciana Stoppa, explica que a prática de terapia pelo próprio psicólogo é recomendada pelo órgão. "Nosso Código de Ética pede a garantia na qualidade do atendimento e, como lidamos com o sofrimento humano no dia a dia, a saúde mental do psicólogo impacta diretamente na qualidade do serviço prestado", afirma.

Segundo o Conselho Federal da categoria, 50% dos psicólogos no Brasil trabalham 30h semanais, o que é uma recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) dirigida aos profissionais de saúde. "Outras categorias já conquistaram a redução para 30h, e os psicólogos pedem isonomia", diz Luciana.

Um abaixo-assinado online que pede a redução da carga horária na cidade de Jundiá já passa das 1.500 assinaturas e lembra que outras cidades da Região já colocaram a medida em prática, como Vinhedo, Itupeva, Campo Limpo Paulista e Itupeva.